

DISCURSO DE POSSE NO CARGO DE DESEMBARGADOR DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Excelentíssimo Senhor Desembargador Antônio Fernando do Amaral e Silva, DD. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado e demais Desembargadores integrantes desta Corte;

Excelentíssimo Senhor Deputado Onofre Santo Agostine, DD. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado;

Excelentíssimo Senhor Doutor Odil Cota, DD. Procurador de Justiça e representante do Excelentíssimo Procurador-Geral da Justiça;

Excelentíssimo Senhor Doutor Dilnei Ângelo Biléssimo, MM. Juiz do Trabalho e representando, neste ato, o Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região;

Excelentíssimo Senhor Doutor Rodrigo Tolentino de Carvalho Collaço, DD. Presidente da Associação dos Magistrados Catarinenses;

Excelentíssimo Senhor Doutor Luiz Mário Bratti, DD. Advogado representante da Ordem dos Advogados do Brasil/SC;

Senhores funcionários do Tribunal de Justiça e do Fórum da Comarca da Capital, parentes e amigos.

1 – Sou o 6º filho de uma família de nove irmãos, que vivia, exclusivamente, dos poucos vencimentos de um magistrado pobre, lutador e honesto, que foi meu pai.

2 – Já na adolescência pudemos perceber que somente os livros poderiam modificar nossa situação. E livros não nos faltaram. Até porque durante muito tempo eles substituíram os brinquedos e a mobília das residências em que moramos nas mais diversas comarcas do Paraná. Foram os livros que me levaram e têm me levado ao maravilhoso espaço do Direito Civil, do Direito do Consumidor, da Filosofia, da Sociologia, da Política e da Literatura. Ainda mais, os livros têm me proporcionado fatos tão significativos que hoje, após haver exercido as funções de Juiz convocado para atuar no Tribunal de Justiça em 1993, Juiz de Turmas de Recursos no Estado e de Juiz Efetivo do Tribunal Regional Eleitoral entre 1999/2001, estou tomando posse no cargo de Desembargador da nossa mais alta Corte Judiciária do Estado.

3 – Minha mãe também gostava de livros e foi ela quem, além de me haver ensinado caligrafia, transmitiu as lições necessárias para alcançarmos nossos objetivos na vida. Contudo, o tique-taque do relógio não pára e o que era ontem não é hoje e o que é hoje não será amanhã.

4 – Agradeço a Deus pelos filhos Antônio Júnior e Raíssa, sangue do meu sangue, e eternos amigos desta jornada terrena.

5 – Aos meus queridos pais José Virgílio e Almerinda, meu agradecimento eterno.

6 – São meus irmãos Rita de Cássia, Virgílio, Edite, Paulo, Francisco, Pedro, Edison e Nathanael, e a todos eles agradeço o bom convívio dos magros tempos que tivemos em companhia dos nossos queridos pais. O tempo passou. Estudamos. Trabalhamos. Eu e meus irmãos podemos sentir e dizer que estamos realizados e felizes, graças a Deus.

7 – Aos meus irmãos Virgílio e Marilene; Francisco de Assis e Cláudia; Paulo; Edison e Nathanael, agradeço suas presenças nesta importante página de minha vida.

8 – Agradeço igualmente a todos os amigos que ajudaram na caminhada do então jovem Juiz Substituto, oriundo de Curitiba com sua mala de roupas, e que chega, nesta data, ao importante cargo de Desembargador. São eles: Ayres Gama Ferreira de Mello, Rubem Odilon Antunes Córdova, Francisco José Rodrigues de Oliveira Filho, José Nilton Machado, José Temístocles de Macedo Neto, Cecim El Achkar, Iran José de Chaves, Herneus De Nadal e José Nilton

Pereira. Desculpem-me quaisquer omissões involuntárias, decorrentes da emoção do momento, até porque além de não podermos viver sozinhos, todos nós temos amigos visíveis e invisíveis.

9 – Tudo é saudade, principalmente a inesquecível ausência de meu pai, que foi chamado para o plano espiritual; de minha mãe, que não está presente nesta solenidade por absoluta impossibilidade; e de meus irmãos, a maioria deles presente neste ato solene.

10 – Promovido pelo critério da antigüidade pelo Órgão Especial deste Egrégio Tribunal de Justiça ao honroso cargo de Desembargador, sinto-me feliz por ter alcançado o objetivo que estava na minha alma desde os bancos escolares.

11 - Chego a esta Corte de espírito aberto e amistoso, solicitando o auxílio da experiência vivida pelos eminentes colegas, aos quais peço compreensão por possíveis desacertos involuntários em minha trajetória neste Tribunal. Embora a química do tempo tenha transformado minha juventude em maturidade, vim para aprender e para somar esforços, objetivando prestações jurisdicionais adequadas aos casos concretos.

12 – Peço respeitosamente aos colegas integrantes desta Corte o apoio e a compreensão indispensáveis aos meus objetivos de auxiliar o nosso Tribunal de Justiça a manter sua dignidade longamente reconhecida.

13 – O Tribunal de Justiça do nosso Estado, ao longo de sua história, tem demonstrado, inequivocamente, seu desmedido esforço para atingir suas metas no tocante à prestação jurisdicional do Estado. Essas metas têm sido alcançadas por este Tribunal, a ponto de ser considerado lá fora como um dos mais dinâmicos e qualificados do país. Tudo isso é consequência de um trabalho conjunto deste Tribunal, com os juízes e funcionários das duas instâncias, além do ordeiro e progressista povo catarinense.

14 – O alto conceito nacional desfrutado por esta Corte aumenta minha responsabilidade de bem exercer a função judicante nesta Casa de Justiça, principalmente levando em consideração que o meu antecessor é o eminente Desembargador aposentado Ruy Pedro Schneider.

15 – Meus agradecimentos aos Desembargadores do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, que me concederam a honraria de estar neste importante cargo judicante, que ora assumo.

16 – Antes desta importante data, entretanto, e na condição de magistrado deste Estado, o pêndulo do relógio continuou trabalhando. Mudanças e mais mudanças. São Miguel do Oeste. Itapiranga. Mondaí. Santo Amaro da Imperatriz. Chapecó. Maravilha. Palmitos. Porto União. Chapecó e Lages. Finalmente, Florianópolis, onde estou há quase 10 anos. O relógio do tempo não parou. Terminei meus cursos de Técnico de Ensino Universitário. Especialista. Mestre em Direito. Aulas em faculdades, congressos, Escola Superior da Magistratura e Escola Superior da Advocacia. Sofri. Calei. Trabalhei. Fiquei alegre. Compreendi. Atendi. Esperei. Sorri. Vivi e venci. Estou Desembargador.

17 – Através do laboratório de vida de quase 22 anos de judicatura pude chegar a algumas impressões que pretendo manifestá-las.

18 – Nenhuma lei apareceu no mundo jurídico para ser perene e imutável. A finalidade da legislação é resolver situações concretas, sincronicamente determinadas no tempo e espaço social, daí o motivo pelo qual está para chegar ao nosso ordenamento jurídico o novo Código Civil Brasileiro, o verdadeiro Estatuto da Cidadania. É que a plástica mutável das relações sociais impõe a modificação constante do Direito.

19 – Numa época em que as circunstâncias econômicas, sociais e tecnológicas se modificam incessantemente, a imutabilidade da lei contraria o

espírito racional-científico do jurista. É que a perenidade de uma legislação sistematizada num código contraria o caráter plástico e movediço das relações sociais normatizadas pelo Direito.

20 – Neste momento histórico de grande apreensão e intranqüilidade para o nosso povo, em que não há um regime político-econômico definido e em que o direito adquirido, a coisa julgada e o ato jurídico perfeito estão cada vez mais relativizados, somente o Judiciário, através de conceitos metajurídicos, poderá pacificar a sociedade com justiça.

21 – Direito, Política, Sociologia e Economia devem estar irmanados para que a interpretação do Direito possibilite uma democracia substancial, objetivando fazer com que os destinatários da lei tenham os benefícios a que ela se propôs.

22 – Passaram-se muitas ditaduras, mas a capitalista persiste. Em decorrência, é apropriada neste momento a lição de Georges Ripert, *in Aspectos Jurídicos do Capitalismo Moderno*: “não será mais seguro procurar na organização jurídica atual as probabilidades da manutenção ou do declínio do regime capitalista? Pelo vigor ou pela decrepitude das instituições que o sustentam poder-se-á julgar de sua força ou fraqueza. Os economistas classificam-se em escolas; denominam suas doutrinas de liberalismo, dirigismo, corporativismo, comunismo, socialismo etc. Logo que a gama é percorrida, renovam-se as palavras por um

prefixo. Se temos hoje um neoliberalismo, poderemos ter amanhã um neocomunismo”. Por que não?

23 – O fenômeno político precisa estar permanentemente alicerçado por legislação adequada ao caso concreto.

24 – A estabilidade jurídica do regime democrático depende necessariamente do contexto social, sem o qual estarão sempre presentes o artifício e a mutabilidade dos textos legislativos.

25 – É inútil acreditar no aparecimento de um novo regime econômico se não estão prontas as instituições que lhe são indispensáveis.

Toda mudança social deve ser ao mesmo tempo uma transformação jurídica, sem a qual ela não será senão vã desordem política.

26 – Se não sou favorável à politização da Ciência Jurídica, entendo que esta deva ser enfocada multidisciplinarmente, mesmo porque sendo uma ciência cultural, deve ser analisada pelo intérprete à luz de todos os aspectos que possam envolvê-las.

27 – Por outro lado, novos direitos têm aparecido em nosso ordenamento jurídico: o direito de ser diferente, do transexual; a fecundação *in vitro*; a venda de órgãos humanos de um irmão–cobaia para que outro possa ser salvo; os direitos decorrentes de ilícitos praticados via internet, entre muitos outros. Enfim, estamos na era dos direitos, conforme ensina Norberto Bobbio.

O Judiciário deve ficar atento, pois as decisões judiciais devem estar subordinadas a fato, valor e norma, conforme ensinança do mestre Miguel Reale.

O maior problema do Direito é o de sua interpretação e daí vem a pergunta: O juiz é só um aplicador da lei, conforme o positivismo Kelseniano, ou é também um criador do Direito, conforme a doutrina do ativismo judicial?

28 – Contrariando Montesquieu, que apregoou que o juiz é apenas a boca que fala a lei, o então Ministro do Supremo Tribunal Federal, Oscar Tenório, em sua clássica Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro, ensina que “O juiz não é apenas o conhecedor da lei. Mas também sociólogo e político, afeito ao conhecimento da vida sob todos os aspectos. Ainda deve ser filósofo no bom sentido, pois os fins da lei reclamam, para o seu entendimento, um olhar no presente e outro no futuro, visando dias melhores. Ser humano na alta expressão do vocábulo, a fim de que se torne guardião dos interesses coletivos”.

29 – Somente um Judiciário cômico da verdadeira atribuição de aplicar a lei com finalidade social acarretará a tão almejada juridicização dos fatos sociais, políticos e econômicos.

30 – Ao fazer justiça, o magistrado estará trabalhando por um processo que leva à democracia substancial, em que um número cada vez maior de brasileiros seja usuário de todos os benefícios sociais.

31 – Acima dos conceitos, entretanto, deve estar a ação política do magistrado em prol da justiça, mesmo porque como dizia Erich Dans, “a vida não está a serviço dos conceitos, mas estes é que estão a serviço da vida”. De que vale o conhecimento jurídico se ele não está colocado a serviço do povo?

32 – A Bíblia, o Livro dos Livros, influencia tudo e todos, independentemente de qualquer *status*, e é dela que Miguel de Cervantes Saavedra nos traz lição lapidar, que entendo aplicável nas lides forenses:

“Nunca interpretes arbitrariamente a lei;

“Achem em ti mais compaixão as lágrimas do pobre, mas não mais justiça as queixas dos ricos;

“Procura descobrir a verdade por entre as promessas do rico, como por entre os soluços e importunidades dos pobres;

“Quando se puder atender à equidade, não carregues com todo rigor da lei no delinqüente, que não é melhor a fama do juiz rigoroso que do compassivo”.

33 – Pedindo a Deus que minha caneta de julgador objective sempre decisões humanas e justas, conforme exemplo do meu saudoso pai, assumo o compromisso perante este Tribunal de empenhar-me na manutenção e auxílio por uma Corte de Justiça sempre dinâmica e um povo satisfeito ao ver o término da prestação oferecida pelo Estado-Juiz.

34 – Meus agradecimentos a todos os amigos aqui presentes, funcionários da Segunda Vara Cível e dos Registros Públicos desta Capital, que muito me auxiliaram por quase dez anos, colegas magistrados, advogados e representantes do Ministério Público.

Muito obrigado a todos por terem me ouvido.

Florianópolis, 06 de Março de 2002.

**Antonio do Rêgo Monteiro Rocha**  
**Desembargador**

